

Interbancário livre de imposto

8 JUL 1986

por George Vidor
do Rio GAZETA MERCANTIL

O Conselho Monetário Nacional (CMN) vai baixar nos próximos dias uma resolução mantendo livres de impostos as operações de curíssimo prazo entre instituições financeiras com títulos públicos ou privados. A medida será necessária porque os documentos do governo com a nova tributação sobre o mercado aberto não estão claros e deram margem a várias interpretações diferentes.

Com o open market praticamente paralisado, diante da possibilidade de taxação, o presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Adolpho de Oliveira, entrou em contato na sexta-feira com o diretor da Dívida Pública do Banco Central (BC), André Lara Resende, e recebeu a garantia de que tudo não passava de um mal-entendido, pois a intenção do governo era apenas a de taxar as negociações realizadas com clientes.



Adolpho de Oliveira

"Realmente não fazia sentido a tributação. Seria como cobrar um imposto em cada passo de uma linha de montagem de um automóvel. O princípio básico da tributação é taxar o resultado da atividade e não a atividade em si. Se uma instituição fizesse cem operações e tivesse perda em 99, acabaria pagando imposto sobre uma,

264

quando o resultado final dos seus negócios foi prejuízo, e não lucro", disse Oliveira. Assim, a tributação sobre as instituições financeiras permanecerá sendo feita sobre o lucro líquido apresentado no balanço semestral (na proporção de 45%).

LBC ISENTAS

O presidente da Andima considerou lógica a isenção de impostos sobre os rendimentos das Letras do Banco Central (LBC), por que o que existe agora é um passeio de recursos. "O governo paga os rendimentos e cobra impostos sobre eles. O melhor então é pagar logo os rendimentos líquidos, evitando os vazamentos que podem ocorrer nesse passeio de recursos", disse. O presidente da Andima lembrou que, na sua origem, as Letras do Tesouro Nacional (LTN) também eram isentas de tributação. Mas o empresário não considera que esse fato seja suficiente para colocar as taxas líquidas abaixo dos níveis em que se encontram.

Oliveira explicou que o propósito do governo, com a nova tributação, é distinguir moeda e quase moeda da poupança. "As autoridades querem coibir as operações de overnight, que até o Plano Cruzado representavam 80% dos negócios no mercado aberto. Essas operações, aliás, já se reduziram muito, pois, de acordo com dados do BC, enquanto de março a junho o M1 (depósito a vista nos bancos mais papel moeda em poder do público) se expandiu em uma média de 31% ao mês, o M4 (que engloba os ativos financeiros), cresceu apenas 1,2% ao mês, no período.

GOVERNO BENEFICIADO

Segundo Oliveira, na medida em que as pessoas se sentirem desestimuladas a aplicarem no overnight e deixarem seu dinheiro depositado nos bancos, o governo pode ser beneficiado, pois captará recursos a custo zero, através do recolhimento compulsório do sistema bancário (parcela dos depósitos a vista que obrigatoriamente é transferida aos cofres públicos), sem precisar, portanto, emitir títulos.

"Mas essa é ainda uma hipótese, pois nunca se sabe qual o comportamento do público. Na minha opinião, não é a tributação que induz o agente econômico, mas sim a expectativa das pessoas em relação à nova moeda. Quanto maior for a

confiança dos agentes económicos, mais o horizonte se amplia para a aplicação. Se não houver essa confiança, há o risco das pessoas sairem do overnight e correrem para outros ativos, como dólar paralelo, metais etc.", completou o presidente da Andima.

Seja como for, Oliveira acha que haverá agora um novo perfil de mercado. "O governo praticamente quer monopolizar tudo que envolve moeda ou quase moeda (que são as operações de até sessenta dias). O que filosoficamente não concordo. Sempre receio quando o poder público é o único a fazer uma coisa", concluiu.